

Acolho o relatório lançado pelo e. Min. Ricardo Lewandowski, cujo voto eu acompanho. Não obstante, apresento este voto para explicitar um ponto a respeito da controvérsia sob análise, cuja ressalva se faz necessária.

A Constituição Federal atribuiu ao Tribunal de Contas da União a competência para efetuar o cálculo das quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), nos seguintes termos:

“Art. 161. Cabe à lei complementar:

I - definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;

II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

III - dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159.

**Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.” (destaquei)**

Portanto, da leitura do parágrafo único do art. 161 da Constituição, dúvida não há a respeito da competência constitucional do Tribunal de Contas da União para realizar os cálculos para que seja feita a distribuição dos valores do Fundo de Participação dos Municípios.

Ademais, em cumprimento a esse mandamento constitucional foi promulgada a Lei Complementar nº 91 de 1997, que dispôs sobre os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios. Posteriormente, a Lei Complementar nº 165 de 2019, acrescentou ao artigo 2º da Lei Complementar nº 91/1997 o parágrafo 3º, cujo enunciado é:

**“ A partir de 1º de janeiro de 2019, até que sejam atualizados com base em novo censo demográfico , ficam mantidos , em relação aos Municípios que apresentem redução de seus coeficientes decorrente de estimativa anual do IBGE, os coeficientes de distribuição do FPM utilizados no exercício de 2018.” (destaquei)**

Constata-se que a alteração legislativa visa proteger os Municípios que apresentaram redução de seus coeficientes em razão da estimativa anual do IBGE. Dela também se extrai a delimitação temporal do uso dos coeficientes de 2018 até que seja realizado novo Censo.

Alega-se na inicial que o Censo de 2022 não foi encerrado, razão pela qual não poderia prevalecer as estimativas descritas na Nota Metodológica e tomadas como base para a estipulação do coeficiente do FPM, na Decisão Normativa nº 201/2022 do Tribunal de Contas da União. Inclusive, é apresentada informação do *site* do IBGE, extraída em janeiro de 2023, que demonstra que o censo populacional ainda não foi encerrado.

Parece-me, que alegação é correta, o novo censo ainda não foi finalizado. Foi apresentada junto a inicial a “Nota Metodológica” do IBGE que contém “Prévia da População dos Municípios com base nos dados Demográficos de 2022 coletados até o dia 25/12/2002.” (eDOC 10), que fundamentou a Decisão Normativa nº 201/2022 do Tribunal de Contas da União, nela, à p. 02, afirma o IBGE:

“Frente aos atrasos ocorridos no Censo Demográfico de 2022, **não foi possível finalizar a coleta em todos os municípios do país a tempo de se fazer essa divulgação prévia dos resultados da pesquisa.** Assim, para viabilizar o cumprimento das obrigações legais do IBGE em relação à divulgação das populações municipais do corrente ano, **foram adotadas estratégias que visaram utilizar o máximo de informações coletadas na pesquisa, complementado, quando necessário,** com estimativas realizadas com base nos próprios dados do Censo.”

Em seguida, explicita-se que houve uma divisão entre Municípios coletados 4.410 dos 5.570 Municípios brasileiros e houve Municípios não coletados (p. 2). Adiante, o documento informa que (p. 03):

“No caso dos municípios, a lógica é semelhante. Um município só pode ser considerado como finalizado quando todos os seus setores já tiverem sido trabalhados e haja a indicação no sistema de que o mesmo já foi verificado e encerrado pela Superintendência Estadual. Depois disso, um comitê nacional avalia os dados desse município e pode solicitar correções, se necessário, em alguns casos, que haja reabertura de algum setor censitário para verificação.

**Apesar de alguns estados e municípios estarem com a coleta bastante avançada, apenas algumas dezenas de municípios passaram por todas as etapas de verificação e poderiam, de fato, ser considerados como finalizados.** Assim, para viabilizar a divulgação desses resultados prévios e fazer a composição das populações municipais de todos os municípios, **foi necessário estabelecer alguns critérios para assumir que a coleta nos municípios estava finalizada ou**

**não** , pois isso tem efeito direto na metodologia utilizada para o tratamento da não resposta. “

Até o presente momento, verifica-se na página principal do site do IBGE, a informação de que as informações a respeito da população brasileira estão: “ **Indisponível até a conclusão do Censo 2022.** ” Não se trata aqui, sobretudo em sede de referendo de medida cautelar, de questionar os critérios e cálculos que foram feitos para estimar os dados que não foram obtidos pelo do Censo. Todavia, de acordo com as informações públicas e destes autos, constato que o censo não foi finalizado.

Por isso, além das razões de segurança jurídica e a necessidade de preservar a autonomia municipal expostas no voto do e. Relator, a não conclusão do censo requer o cumprimento do que foi estabelecido pela Lei Complementar nº 165 de 2019, para que sejam respeitadas as disposições constitucionais a respeito da forma de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, conforme o artigo 161.

De modo que, conforme o comando da **Lei Complementar nº 165 de 2019** , **a utilização do coeficiente de 2018 só poderá ocorrer até que seja finalizado o Censo de 2022** , para que não haja a subversão das competências constitucionalmente atribuídas ao Tribunal de Contas da União e o desrespeito às prescrições legais que imputam ao valoroso IBGE a produção dos dados do Censo.

Não há dúvida que o Censo Demográfico configura-se em política pública essencial, pois os dados que fornece são imprescindíveis tanto para a formulação e execução de políticas públicas, bem como para o planejamento do Estado brasileiro e de todos os entes desta República Federativa. Assim como não há dúvida a respeito da competência Tribunal de Contas da União nesta matéria.

Porém, a circunstâncias fáticas excepcionais justificam a atuação do Poder Judiciário para que sejam respeitadas as disposições constitucionais e legais.

Portanto, acompanho o e. Relator Ministro Ricardo Lewandowski para referendar a medida cautelar com a ressalva de que, assim que finalizado o Censo de 2022, ele deverá ser utilizado para o cálculo do coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios nos anos seguintes.

É como voto.

*Plenário Virtual - minuta de voto - 16/02/2023*